CONTRATO Nº 129/2023-MP/PA**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PARÁ E A EMPRESA E. R. SOLUÇÕES
INFORMÁTICA LTDA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-PA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado, a Empresa **E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ nº **05.778.325/0005-47**, Avenida Cem, s/n, Quadro 01, Sala 01, Terminal Intermodal, Serra/ES, e-mail gsaliby@ersolucoes.com.br e andre@ersolucoes.com.br, neste ato representada pelos sócios **GEORGE EDUARDO SALIBY** e **ANDRÉ LUÍS MACHADO PELICIONI**, brasileiros, residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATADA**, têm por justo e contratado o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

- 1.1. O presente Contrato decorre da **Adesão nº: 002/2023-MP/PA (Gedoc nº 141402/2023) à Ata de Registro de Preços nº 052/2022-MPCE, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 023/2022-MPCE (Processo 09.2022.00019075-0)**, e tem como fundamento a Lei Federal nº. 8.666/93 e Decreto Estadual nº 991/2020 e na Resolução nº 017/2021-CPJ, observadas as alterações e demais regras de direito público e privado aplicáveis a matéria que o subsidiarem.
- 1.2. Aos casos omissos serão aplicadas as normas referidas no subitem anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

- 2.1. O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: Computador desktop com monitor.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA QUANTIDADE

- 3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 2.954.000,00 (dois milhões novecentos e cinquenta e quatro mil reais)**, conforme o disposto na proposta da Contratada, pela execução do objeto abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unitário
4	Computador desktop com monitor. Marca/Modelo: Lenovo ThinkCentre M75s SFF Gen 2 – PN11R7CTO ✓ Processador Ryzen 5 PRO 5650G ✓ Memória 8GB DDR4 3200 MHz ✓ Armazenamento SSD 256GB M.2 NVMe ✓ Fonte de Alimentação 180W 85% Bronze ✓ Sistema Operacional Windos 11 Professional ✓ 4 slots de memória com expansão até 128GB DDR4 3200 MHz ✓ Vídeo integrado AMD Radeon Graphics 1x HDMI + 2x DisplayPort ✓ DVD/RW ✓ RealTek Wireless RTL8852AE Wi-Fi 6 2x2 AX & Bluetooth® Version 5.1 ✓ 4x USB 3.2 Tipo A + 1x USB 3.2 Tipo C + 4x USB 2.0 ✓ Gigabit Ethernet, Realtek RTL8111EPV – 1x RJ45 ✓ Chipset AMD PRO 565 Chip de Segurança TPM 2.0 ✓ High Definition (HD) Audio ✓ Slot de Segurança Kensington Sensor de intrusão ✓ Gabinete Small Form Factor com volume de 8.2L	UND	400	7.385,00

<ul style="list-style-type: none">✓ Cabo de Energia padrão NBR 14136✓ Lenovo Mouse 00 USB 03 botões, além da função de rolagem/mouse pad✓ Teclado Lenovo Smartcard✓ Adaptador DP para HDMI✓ Adaptador Tomada padrão antigo✓ Retenção de HD✓ Garantia do Fabricante de 60 meses on-site com tempo de atendimento e solução conforme contrato;✓ Demais condições e características conforme definido no contrato e nas especificações mínimas da cláusula quinta.			
--	--	--	--

Parágrafo Único – No valor estabelecido nesta cláusula estão incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor incidentes, direta ou indiretamente e despesas de quaisquer natureza decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Para atender às despesas do presente Contrato, o Ministério Público, valer-se-á de recursos orçamentários na função programática:

Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;

Natureza de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recursos: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICAÇÕES

Especificações mínimas:

1. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

- 1.1. Deve possuir circuito de proteção contra sobre tensão, sobre corrente e curto-circuito.
- 1.2. Deve possuir todos os conectores necessários para alimentação de todos os dispositivos do equipamento.
- 1.3. Deve ser fornecido cabo de força para conexão da fonte à rede elétrica, com tomada compatível com o novo padrão e o padrão velho.
- 1.4. Deve suportar operar com tensão de entrada de 110 V (cento e dez volts) e 220 V (duzentos e vinte volts).
- 1.5. Seleção (110/220 volts) automática de voltagem para o conjunto.
- 1.6. Fonte com potência compatível para o perfeito funcionamento do equipamento.

2. CABOS E ACESSÓRIOS:

- 2.1. Todos os cabos e componentes requeridos para o perfeito funcionamento do equipamento microcomputador e periféricos devem ser fornecidos.

3. APARÊNCIA:

- 3.1. Cor externa predominante: preta ou derivadas.

4. COMPATIBILIDADE E CONFORMIDADE:

- 4.1. O equipamento deverá ter certificado no EPEAT no mínimo na categoria Bronze (comprovação por meio de consulta ao site <https://www.epeat.net/?category=pcsdiscplays>) ou possuir certificação nacional similar, emitida por instituição credenciada ao INMETRO;
- 4.2. O equipamento deverá ter certificado da Energy Star <http://www.energystar.gov/productfinder/product/certified-computers/results> ou possuir certificação nacional similar;
- 4.3. O modelo do equipamento ofertado deverá possuir compatibilidade com o sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, comprovado por meio do certificado Hardware Certification Report, na condição Approved, fornecido pela Microsoft ou outra certificação da Microsoft comprobatória.
- 4.4. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-

polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para efeitos de avaliação das amostras e aceitação do produto deverá ser fornecida certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO, sendo aceito ainda, a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente tal informação;

5. SOFTWARE BÁSICO:

- 5.1. Cada equipamento deve vir instalado e licenciado com o Windows 11 Professional de 64 bits, no idioma português do Brasil.
- 5.2. Deve ser disponibilizado link para download de todos os drivers dos componentes do equipamento.
- 5.3. Quando o MPPA solicitar, a empresa vencedora do certame deve disponibilizar para download uma imagem de restauração para instalação do Windows 11 Professional de 64 bits, com todos os drivers e aplicativos padrão automaticamente.
- 5.4. O equipamento deve possuir procedimento de recuperação de configuração de fábrica que possibilite a reinstalação do sistema operacional, dos drivers e dos demais aplicativos que compõem a solução para um estado totalmente operacional.
- 5.5. Todas as especificações descritas neste termo de referência, devem ser atendidas para o sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits.

6. PLACA-MÃE:

- 6.1. Deverá possuir 08 (oito) portas USB, sendo pelo menos 02 (duas) USB 3.2 Gen 2 e 01 (uma) USB-C localizadas na parte frontal do gabinete, não sendo aceitas portas USB instaladas em placas PCI.
- 6.2. As portas devem fazer parte do projeto original da placa mãe do equipamento proposto.
- 6.3. Deve possuir, pelo menos, 1 (um) slot PCI-Express x 16 ou superior livre.
- 6.4. Deve possuir chip de segurança TPM versão 2.0 onboard ou tecnologia superior.
- 6.5. Deve possuir interface de som "on-board" padrão Plug-and-Play ou tecnologia superior.
- 6.6. A placa mãe deve ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.
- 6.7. Possuir sensor de intrusão conectado a placa mãe, em caso de abertura não autorizado do equipamento o sensor deverá gerar um evento em log, mesmo com o equipamento conectado a tomada esteja desligado.

7. BIOS:

- 7.1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS ou em regime de O&M, desde que o fabricante possua direitos (copyright). O fabricante do equipamento deverá ser totalmente responsável pela BIOS fornecida juntamente com a placa-mãe e por sua atualização, devendo promover as alterações que se façam necessárias e corrigir problemas ou danos causados ao equipamento em razão da BIOS ou de procedimentos de sua atualização, durante o período de garantia do equipamento;
- 7.2. Permite inserir registro de controle patrimonial, de pelo menos 10 (dez) caracteres em memória não volátil ou superior;
- 7.3. Deverá possuir gerenciamento térmico;
- 7.4. Suportar a atualizações de BIOS através do Windows;
- 7.5. Suportar configuração de senhas na BIOS;
- 7.6. Setup com suporte a língua Portuguesa e/ou inglesa;
- 7.7. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Memória e Processador;
- 7.8. A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência da garantia.

8. REQUISITOS DE SEGURANÇA LOCAL/PROTEÇÃO DE DADOS:

- 8.1. Devera possuir, acessível através do BIOS ou no boot do equipamento, ferramenta integrada para apagar os dados do disco rígido de forma segura, não permitindo que sejam recuperados através de ferramentas de recuperação de dados (data Recovery), de forma que não danifique a unidade de armazenamento durante o processo de limpeza dos dados do dispositivo.

9. PROCESSADOR:

9.1. Atingir índice de, no mínimo 10.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php.

9.2. Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking).

9.3. Deverá ser da última ou penúltima geração do seu fabricante.

9.3.1. Se o processador for da fabricante AMD este deverá ser no mínimo um Ryzen 5 da série PRO de quinta geração ou outro processador da AMD comprovadamente superior em performance e recursos, sendo da Intel este deverá ser no mínimo um Core i5 da série vPRO de décima primeira geração ou outro processador da Intel comprovadamente superior em performance e recursos.

10. MEMÓRIA RAM:

10.1. As memórias devem ser no mínimo do tipo DDR4 3200 ou de outro tipo comprovadamente superior.

10.2. A memória RAM física instalada deverá ser de no mínimo 8 (oito) GB.

10.3. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) slots de memória com possibilidade expansão para até 64GB.

11. CONTROLADORA DE VÍDEO:

11.1. Pode ser integrada ao processador;

11.2. Deve suportar a resoluções de vídeo de 1920x1080, atingir a profundidade de cores de 32 bits.

11.3. Deve possuir no mínimo 02 (duas) saídas para monitor:

11.3.1. Sendo obrigatório uma das saídas ser HDMI.

11.3.1.1. A segunda saída pode ser:

11.3.1.1.1. DisplayPort, mini DisplayPort, HDMI, mini HDMI, VGA ou Thunderbolt 3(ou superior).

11.3.1.1.2. Sendo a segunda saída diferente de HDMI, esta deve vir acompanhada de adaptador para HDMI.

12. UNIDADE DE LEITURA ÓPTICA:

12.1. Interface SATA ou superior;

12.2. Unidade combinada de gravação de DVD dual layer, da mesma marca ou homologada pelo fabricante. A unidade deverá ter garantia de funcionamento tanto na posição vertical quanto na horizontal;

12.3. Deve possuir LED de indicação de acesso a unidade e mecanismo de ejeção de emergência com acesso pela parte frontal.

13. TECLADO:

13.1. Padrão ABNT-2.

13.2. Deve possuir teclas de atalho do Microsoft Windows (winkey e tecla que simula botão direito do mouse).

13.3. Deve possuir conector USB.

13.4. Deve possuir opção de altura.

13.5. Deve possuir impressão de caracteres do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por uso durante o prazo de garantia.

13.6. Deve possuir LED de indicação de ativação das funções Num Lock, Caps Lock e Scroll Lock.

13.7. A tecla Return (ENTER) deve possuir tamanho de duas teclas normais.

13.8. Deve possuir leitor de smartcard.

13.9. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ofertado.

14. MOUSE:

14.1. Deve ser do tipo óptico, com a utilização de LED ou Laser ou tecnologia superior.

14.2. Deve possuir conector USB e resolução de pelo menos 800 dpi.

14.3. Deve possuir dois botões de click laterais mais um botão de scroll central com click.

14.4. Deve possuir formato simétrico que permita sua empunhadura e utilização de forma semelhante para a mão direita e esquerda.

14.5. Deve vir acompanhado de almofada (mousepad) de material e cor(es) que não prejudique(m) o correto funcionamento do mouse.

14.6. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ofertado.

15. SUBSISTEMA DE DISCOS INTERNOS:

15.1. SSD 256GB NVMe ou configuração comprovadamente superior.

15.1.1. No caso de necessidade de troca do disco rígido por falha, o disco rígido com problema deverá ficar em posse da CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade de informações.

16. PORTAS:

16.1. Possuir no painel frontal um conector para microfone e um conector para fone de ouvido ou um conector tipo COMBO o qual permita a conexão dos dois tipos de dispositivo.

17. REDE:

17.1. Padrão Gigabit Ethernet.

17.2. Deve permitir inicialização do equipamento por comando de rede (Wake-on-Lan).

17.3. Pode ser integrada à placa-mãe (on-board).

17.4. Suporte aos protocolos PXE 2.0.

18. MONITOR:

18.1. O monitor deverá ser da mesma marca do fabricante do computador.

18.2. Deve possuir tela de LCD iluminada por LED com tecnologia IPS ou semelhante, ou tecnologias superiores as já informadas anteriormente.

18.3. Possuir tamanho mínimo de 21", no formato 16:9.

18.4. No mínimo ângulo de Visão Horizontal maior ou igual a 160º (cento e sessenta graus).

18.5. No mínimo ângulo de Visão Vertical maior ou igual a 160º (cento e sessenta graus).

18.6. Deve possuir no mínimo duas entradas para vídeo, sendo:

- A primeira obrigatoriamente HDMI.

- Deve ser fornecido um cabo HDMI.

- A segunda entrada do monitor deve ser do mesmo tipo da segunda saída de vídeo do desktop, conforme CONTROLADORA DE VÍDEO.

- Deve ser fornecido um cabo para o seu perfeito funcionamento.

18.7. Deverá suportar resolução de no mínimo 1600x900 (um mil seiscentos por novecentos) pontos por polegada no modo gráfico.

18.8. Deve possuir controle de intensidade de brilho, contraste e posicionamento vertical e horizontal da imagem.

18.9. Possuir Base/Suporte com altura, inclinação, rotação ajustáveis; gerenciamento integrado de cabos. Deve permitir o uso do monitor na posição horizontal e vertical com a base/suporte fornecido com o monitor.

18.10. Alimentação elétrica: deve operar com tensão de entrada de 127 V (cento e vinte e sete volts) e 220 V (duzentos e vinte volts) e frequência de entrada de 60 Hz (sessenta hertz).

18.11. Deve vir acompanhado de cabos de alimentação elétrica como detalhado abaixo:

18.12. Um (01) cabo de alimentação para conexão à rede elétrica com o padrão de tomadas da NBR 14136a.

19. GABINETE:

19.1. O gabinete deve ser do tipo SFF (Small Form Factor) ou semelhante em tamanho para melhor aproveitamento do espaço físico de trabalho.

19.2. Deve permitir a troca do disco rígido, unidade de mídia ótica e memórias sem a utilização de ferramentas (tool less).

19.3. O gabinete deve permitir a utilização na posição horizontal e vertical sem comprometer os componentes internos e o funcionamento do computador;

19.4. Conectores:

19.4.1. Conectores de som para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete;

OU

19.4.2. Conector de som para saída na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete através de duas interfaces ou através de interface COMBO.

- 19.5. Sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;
- 19.6. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;
- 19.7. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;
- 19.8. Deve possuir base antiderrapante tanto no gabinete, ou na base para a torre;
- 19.9. Deverá ser fornecido autofalante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema.
- 19.10. A cor do conjunto (monitor, teclado, mouse) devem ser da mesma cor do computador.
- 20. ÁUDIO:**
- 20.1. Pode ser integrada à placa-mãe (on-board).
- 20.2. Som estéreo. Possuir autofalante interno.
- 21. GARANTIA:**
- 21.1. On-site, que consiste na solução de incidentes ou problemas no local aonde o equipamento está, sendo a localidade possível em qualquer parte do Estado do Pará;
- 21.2. O tempo de garantia para o equipamento será de sessenta (60) meses para o Desktop e de doze (12) meses para o Monitor;
- 21.3. O Acordo de nível de serviço para a garantia será de:
- 21.3.1. Dois (02) dias úteis para Região Metropolitana de Belém.
- 21.3.2. Quatro (04) dias úteis para demais localidade do Estado do Pará.
- 21.4. No caso de defeito no mesmo equipamento em um prazo menor que 12 (doze) a contar do recebimento do equipamento, este deverá ser substituído por um equipamento novo, de igual especificações ou comprovadamente superior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. São Obrigações do MPPA:

- 6.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.
- 6.1.2. Acompanhar, fiscalizar, conferir e verificar a execução do objeto contratado, por meio de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 6.1.3. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual irregularidade decorrente da execução do objeto, fixando prazo para sua correção.
- 6.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, indicando as razões da recusa.
- 6.1.5. Atestar a nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA.
- 6.1.6. Determinar a retificação de dados pela CONTRATADA sempre que forem detectadas inconsistências nos seus documentos fiscais.
- 6.1.7. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 6.1.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

6.2 A CONTRATADA, durante o prazo de validade deste CONTRATO, fica obrigado a:

- 6.2.1 Entregar o objeto, na embalagem original do fabricante, em conformidade com as condições deste instrumento, do TR e de seus anexos, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.
- 6.2.2 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste CONTRATO, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução do objeto.
- 6.2.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MPPA ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de o MPPA proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do objeto.

- 6.2.4 Manter, durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.2.5 Prestar, imediatamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo MPPA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.2.6 Substituir ou reparar o objeto que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste instrumento.
- 6.2.7 Colocar à disposição do Ministério Público todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência.
- 6.2.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos do material/produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 6.2.9 Comunicar ao Departamento de Informática, no ato de recebimento deste CONTRATO, em caso de fatos supervenientes imprevisíveis, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, informando a nova data de entrega, para avaliação pelo MPPA.
- 6.2.10 Preferir, no fornecimento, produtos ecológicos ou biodegradáveis, aqueles que se decompõem com maior facilidade na natureza, evitando a contaminação do meio ambiente.
- 6.2.11 Fornecer todo o material especificado, bem como o pagamento de encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias ao fornecimento do objeto.
- 6.2.12 Não divulgar nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência da execução do objeto, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal.
- 6.2.13 Prestar garantia dos produtos, conforme estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES E DEMAIS ALTERAÇÕES

7.1. Nos itens a partir de 04 unidades, a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, referentes à alteração quantitativa do item, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, salvo a exceção prevista no § 2º do referido artigo

7.2. Este instrumento poderá ainda ser alterado, exceto no objeto, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

8.1. A Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, indicará servidor(es) para atuar como fiscal(is).

8.2. O CONTRATANTE por meio de seus fiscais deverá:

8.2.1. Solicitar da CONTRATADA a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer profissional que embarace o seu trabalho de fiscalização.

8.2.2. Rejeitar os materiais/bens/produtos com qualidade que não atendam às exigências do Contrato, do Edital ou do Termo de Referência, obrigando-se a CONTRATADA a substituir os materiais/bens/produtos, sem ônus adicionais e sem alteração dos prazos contratuais previstos neste Instrumento.

8.2.3. Registrar em relatório as deficiências verificadas na execução do contrato/termo de referência, encaminhando cópia à CONTRATADA, para correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

8.3. A eventual ausência ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O valor proposto e contratado poderá ser reajustado, em consonância com as disposições desta Cláusula.

9.1.1. Caso assim queira, a contratada deverá requerer o reajustamento do preço, mediante protocolo no Ministério Público do Estado do Pará, até a data em que se completar cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, sob pena de preclusão quanto ao período correspondente.

9.1.2. A data-base para o cálculo do reajuste é a data da apresentação da proposta.

9.1.3. Para o cálculo do reajuste, deverá ser adotado o IGP-DI (da Fundação Getúlio Vargas), em sua variação para o período de 12 (doze) meses, a contar da data-base referida no item 9.1.2.

9.1.4. O valor reajustado será concedido somente a partir da data de cada prorrogação, ainda que posterior à anualidade da proposta, e observados os itens anteriores.

9.2. Se a contratada requerer o reajustamento do preço em conformidade com o item 9.1.1, mas o valor reajustado ainda não puder ser concedido na data da prorrogação contratual, por indisponibilidade do índice para a variação referida no item 9.1.3, constará do termo aditivo de prorrogação a ressalva do direito da contratada ao reajuste do preço, que ocorrerá efetivamente mediante termo aditivo específico e quando houver aquela disponibilidade, com retroatividade à data de cada prorrogação.

9.3. Não serão admitidos requerimentos de reajustes para períodos preclusos

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

10.1 Os produtos deverão ser entregues em perfeito estado, sem danos ou alterações.

10.2 Os produtos deverão vir lacrados de forma a protegê-los da ação da luz, poeira e umidade, sendo que, nos casos de as embalagens apresentarem violação e dano de qualquer espécie, deverão ser substituídos pelo fornecedor, ainda que na fase de inspeção/recebimento.

10.3 Nas embalagens dos materiais/produtos, salvo também regulamentações ou exceções específicas comprovadamente de prática usual do mercado, deverão constar as condições de estocagem, faixa de temperatura, umidade, limites e posições de armazenamento, exposição a raios solares e demais recomendações do fabricante;

10.4 Quanto às embalagens dos materiais/produtos, quando necessário, devem ser consideradas inclusive aquelas extras necessárias para proteção durante os procedimentos de embarque, desembarque e transporte.

10.5 Todos os produtos que vierem a ser adquiridos, deverão ser entregues na Travessa de Breves, n. 320, Jurunas, Belém, Pará, das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, aos cuidados da Comissão de Recebimento. O fornecedor deverá agendar, com até 24h de antecedência, por meio do telefone (91) 4006-3480 ou 3481, as entregas dos materiais, sob pena de não recebimento imediato quando de sua chegada ao endereço supracitado.

10.6 Não será aceita a entrega de produtos de marca diferente da contratada, salvo na ocorrência de fato superveniente que impeça o fornecimento nos moldes contratados, devidamente comprovado em requerimento próprio. Além disso, somente será aceita a alteração por bem de qualidade igual ou superior ao contratado, devidamente atestada pelo setor competente, desde que mantido o preço e as condições deste CONTRATO.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

11.1. Da entrega:

11.1.1 O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 60 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento deste CONTRATO, acompanhada da nota de empenho.

11.1.2 Por acordo entre as partes, os produtos objeto deste instrumento, poderão ser entregues parceladamente, observado o prazo máximo no subitem acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado à entrega da totalidade da quantidade empenhada.

11.2. Do recebimento:

11.2.1 O recebimento, tanto em caráter provisório como definitivo, será feito pela Comissão de Recebimento e pelo Departamento de Informática, em obediência ao art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

11.2.3 O recebimento provisório dar-se-á mediante recibo, se satisfeitas as seguintes condições:

a) Produtos entregues em conformidade com as quantidades estabelecidas neste CONTRATO e nota de empenho;

b) Entrega no prazo, horário e local previstos neste instrumento.

11.2.4 No caso de consideradas insatisfatórias as condições dos produtos recebidos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.5 A substituição ocorrerá sem custos para o MPPA, devendo ser realizadas novamente as verificações antes referidas.

11.2.6 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a neste instrumento.

11.2.7 O recebimento definitivo dar-se-á:

a) Pelo Departamento de Informática, após verificação física dos produtos, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, sendo expedido termo de recebimento definitivo, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas;

b) Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento, assinado por servidor da Comissão de Recebimento, de acordo com previsão legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento referente a eventuais aquisições será proveniente de recursos do MPPA e será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, no **Bando do Brasil S/A, Agência 3235-2, Conta Corrente 115.747-7**, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor deste CONTRATO, decorrido o prazo do recebimento definitivo dos produtos.

12.2. As notas fiscais/faturas deverão conter o nome da empresa, CNPJ, inscrição estadual, número da nota de empenho, números do banco, agência e conta corrente da CONTRATADA, descrição do objeto contratado, além das devidas conferências e atestes por parte da fiscalização.

12.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 12.1 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida.

12.4. A apresentação da nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada dos documentos de habilitação fiscal e trabalhista exigidos na licitação.

12.5. Toda documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

12.6. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

12.7. O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais/faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor deste CONTRATO, obrigando-se a CONTRATADA a manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida na licitação.

12.8. É vedada a realização de pagamento antes do recebimento do objeto, ou não estando aquele de acordo com as especificações exigidas.

12.9. Caso seja constatada qualquer irregularidade fiscal ou trabalhista, o pagamento será realizado e aberto um prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da constatação, para que a CONTRATADA apresente a devida regularização, independente das penalidades previstas neste instrumento;

12.10. Decorrido o prazo previsto no item anterior sem a comprovação de regularidade da empresa, poderá a Administração prorrogar aquele prazo por igual período uma única vez e, não sendo regularizada a situação da CONTRATADA, efetuar-se-á o pagamento de eventuais entregas já realizadas e certificadas pelo Gestor deste CONTRATO, podendo ser rescindido este CONTRATO.

12.11. A critério da Administração poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações e inadimplências das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e na criminal, às seguintes penalidades aplicadas isolada ou cumulativamente:

13.1.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas como aquelas que resultem de descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, desde que não fique evidenciada a má-fé, não acarretem prejuízos financeiros, patrimoniais e/ou orçamentários ao MPPA, bem como não resultem de ato de improbidade.

13.1.2 Multas, estipuladas na forma a seguir:

I – 2% (dois por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor da nota de empenho, até o limite de 10 (dez) dias;

II – 3% (três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculados, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor da nota de empenho, em caráter excepcional e a critério do MPPA, quando o atraso ultrapassar 10 (dez) dias, não podendo superar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação assumida;

III – 5% (cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho, por descumprimento das demais obrigações assumidas, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV – até 30% (trinta por cento) sobre o valor da proposta, em caso de recusa parcial ou total de entrega do produto ou deste CONTRATO ou de cancelamento da nota de empenho;

V – até 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho, caso a CONTRATADA apresente declaração ou qualquer outro documento falso no curso do fornecimento do objeto;

13.1.2.1 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, salvo prorrogação estipulada por escrito pelo MPPA, quando então será contabilizado o atraso a partir do vencimento da nova data designada;

13.1.2.2 O valor da multa deverá ser descontado de eventuais pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus;

13.1.2.3 Na impossibilidade de desconto conforme previsto no subitem anterior, a CONTRATADA deverá pagar a multa no prazo de quinze dias, a contar da notificação para pagamento, de acordo com procedimento a ser indicado pelo MPPA;

13.1.2.4 Os valores pagos a título de multa serão destinados ao Fundo de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público;

13.1.2.5 Não efetuado o pagamento nos prazos e na forma estabelecidos neste instrumento, serão os créditos inscritos em Dívida Ativa do Estado para cobrança devida.

13.1.2.6 Atendendo solicitação do contratado, o pagamento da multa poderá ser parcelado, com a correção monetária dos valores, segundo índice oficial, cujo cálculo caberá ao MPPA.

13.1.2.7 Em caso de não pagamento de qualquer das parcelas, considerar-se-ão antecipadamente vencidas as demais.

13.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos. Tal sanção será aplicada, pelos prazos seguintes:

I - até 12 (doze) meses, quando o fornecedor deixar de entregar documento a que estava obrigado ou fazê-lo de forma incompleta.

II - de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA der causa à rescisão deste CONTRATO.

III - de 24 (vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses:

a) quando a CONTRATADA der causa, dolosa ou culposamente, à paralisação do fornecimento de produtos, sem justo motivo e prévia comunicação à Administração;

b) quando a inexecução dolosa ou culposa, por parte do fornecedor, resultar em prejuízos à Administração;

c) quando a CONTRATADA apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsos em qualquer fase da execução deste CONTRATO;

d) quando a CONTRATADA emitir declaração falsa;

e) quando a CONTRATADA for condenada, definitivamente, pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos devidos em razão do fornecimento do objeto;

f) quando a CONTRATADA entregar objeto falsificado ou adulterado ou

g) quando a CONTRATADA demonstrar não ter idoneidade para contratar com a Administração.

13.2 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da respectiva intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1 A garantia do objeto adquirido deverá ser conforme indicado a seguir:

14.1.1 Para o item 04: garantia tipo on-site de 60 (sessentas) meses, exceto para o monitor de vídeo referente ao item 04 (desktop com monitor) que neste caso, será de 12 meses;

14.1.2 A garantia on-site consiste na resolução de problemas por parte do fornecedor, no local onde o produto estiver sendo utilizado, nas dependências dos órgãos e unidades ministeriais que compõem o MPPA. O prazo da garantia será contado do recebimento definitivo do produto.

14.1.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar duas opções para contato e abertura de chamados de garantia e suporte técnico: e-mail; e número de telefone com DDD 91 ou 0800.

14.1.4 Os prazos de solução dos chamados serão de:

- 2 (dois) dias úteis para Belém e Região Metropolitana;
- 4 (quatro) dias úteis para o Interior do Estado;

14.1.5 Em caso de descumprimento do tempo de solução a CONTRATADA deverá colocar um equipamento de backup de igual ou superior configuração no local do equipamento defeituoso deixando-o operacional para o usuário.

14.1.6 Em caso de defeito, no prazo de garantia, que inutilize o bem, a CONTRATADA deverá disponibilizar novo equipamento, de igual especificação ou superior, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do fornecedor ao MPPA, justificando a necessidade de substituição do produto.

14.2 Caso se mostre necessário, o fornecedor deverá prestar a devida assistência técnica quanto ao produto adquirido, podendo fazê-lo por meio de telefone 0800 ou DDD 91, E-mail ou ferramenta eletrônica, durante o mesmo prazo de garantia do objeto.

14.3 No cumprimento das condições de assistência técnica aplicam-se, no que couber, os termos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES GERAIS DE ATUAÇÃO CONFORME A LGPD

15.1 A partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou deste CONTRATO.

15.1.1 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.

15.1.1.1 Nas hipóteses em que cabível a contratação de suboperador, a Administração e o controlador deverão ser mantidos informados sobre todos os contratos de suboperação existentes e comunicados imediatamente sempre que nova contratação ocorra.

15.1.2 A transferência internacional de dados somente será admitida nas hipóteses do art. 33 da LGPD e a empresa responderá legalmente caso desrespeite as disposições desta Lei.

15.1.3 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da empresa eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.1.4 É dever da empresa orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

15.1.5 Caso seja admitida subcontratação, o instrumento de subcontratação deverá estabelecer para a subcontratada os deveres da presente cláusula expressamente.

15.1.6 A Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender os pedidos de comprovação eventualmente efetuados.

15.1.7 Diante de eventual solicitação de titular de dados, a contratada deverá prestar as informações a que alude o art. 9º da LGPD ou, em sendo o caso, informação acerca do descarte realizado.

15.1.8 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos ou atas de registro de preços, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art.

37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O presente Instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Pará, não podendo ser prorrogado, salvo se ocorrer qualquer um dos motivos do art. 57 §1º, da lei 8.666/93, que implique a prorrogação dos prazos de execução e, conseqüentemente, exija a prorrogação da vigência do contrato, observado o caput do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

17.1.1. Unilateralmente nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78 da Lei n°. 8.666/93;

17.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação;

17.1.3. Judicialmente, nos termos da Legislação Processual.

17.1.4. No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o contratado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação do presente instrumento em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo do Contratante, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura, e na forma disposta na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos, contratados e de comum acordo, assinam eletronicamente o presente, que declaram haver lido, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir seus efeitos legais.

Belém-Pa, 06 de outubro de 2023

PARA MINISTERIO

PUBLICO:0505496000158
0158

Assinado de forma digital por
PARA MINISTERIO
PUBLICO:05054960000158
Dados: 2023.10.06 14:20:49 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Contratante

ANDRE LUIS

MACHADO

PELICIONI:248785

54878

Assinado de forma digital
por ANDRE LUIS
MACHADO
PELICIONI:24878554878
Dados: 2023.10.06
09:24:51 -03'00'

GEORGE

EDUARDO

SALIBY:98291335

834

Assinado de forma digital
por GEORGE EDUARDO
SALIBY:98291335834
Dados: 2023.10.06
09:26:20 -03'00'

E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA

Contratada

E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA

Contratada

Testemunhas:

1. MICHELLE BARBOSA DE
BRITO:67911595291

Assinado de forma digital por
MICHELLE BARBOSA DE
BRITO:67911595291
Dados: 2023.10.06 14:21:09 -03'00'

MARCIO ANTONIO CUNHA
SOLIMOE:23673150278

2023.10.06
08:33:37 -03'00'